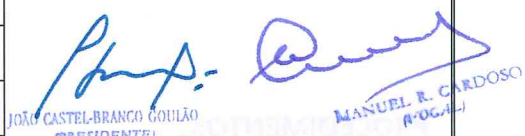


NORMAS E PROCEDIMENTOS

Nº 08/2010/DPAG/NGP (Número/Ano/Departamento/Núcleo)	Data: 30/11/2010 (DD/MM/AAAA)	O Conselho Directivo Divulgue-se
De: Departamento de Planeamento e Administração Geral		 JOÃO CASTEL-BRANCO GOULÃO (PRESIDENTE) MANUEL R. CARDOSO (V.OCAL.) Data: 30 / 11 / 2010 (DD/MM/AAAA)
Para: Serviços Centrais e Delegações Regionais		
Assunto: <u>AVALIAÇÃO POR PONDERAÇÃO CURRICULAR</u>		

Para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 43º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública), tornam-se públicos as regras e os critérios a considerar na avaliação por ponderação curricular, aprovados em reunião do Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), realizada no dia 30 de Novembro de 2010.

As presentes Normas e Procedimentos são aplicáveis às avaliações por ponderação curricular efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 2011, encontrando-se publicitadas, bem como os respectivos anexos, na Intranet (SIADAP) e página electrónica do IDT, IP.

INTRODUÇÃO

A ponderação curricular encontra-se prevista no artigo 43º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro e só poderá ser requerida quando:

- ao abrigo do artigo 42º, cumulativamente, se observem as seguintes situações:

- trabalhador que, no ano civil anterior, tenha relação jurídica de emprego público com pelo menos 6 meses mas não tenha o correspondente serviço efectivo prestado em contacto funcional com o respectivo avaliador;
- não exista avaliação que possa relevar ou, quando exista, o trabalhador pretender a sua alteração.

- ao abrigo do n.º 4 do artigo 85.º

- trabalhador que não tenha avaliação de desempenho realizada nos anos de 2004 a 2007 inclusive por motivo que não lhe seja imputável, designadamente por não aplicação da legislação aplicável em matéria de avaliação de desempenho face à sua situação funcional.

Phy-
@

ENQUADRAMENTO LEGAL

- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro
- Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro.

PROCEDIMENTOS

1. Como pedir a avaliação por ponderação curricular

A avaliação através de ponderação curricular terá lugar mediante pedido do trabalhador, **durante os primeiros 5 dias úteis do mês de Janeiro** do ano seguinte àquele a que se refere a avaliação. O pedido deverá ser efectuado através de requerimento dirigido ao Presidente do IDT,I.P., **(Anexo I)** acompanhado do curriculum vitae, elaborado de acordo com o definido no ponto 4.

2. Quem avalia e como se realiza a avaliação

Conforme previsto no n.º 7 do artigo 42.º atrás citado, a **avaliação por ponderação curricular** é efectuada pelo Conselho Coordenador da Avaliação (CCA). Para o efeito, e face a cada requerimento apresentado, o Presidente do Conselho Directivo nomeia, de seguida, um avaliador que deverá elaborar a **proposta de avaliação nos 3 dias úteis após a sua nomeação**, através da aplicação da ficha de ponderação curricular da carreira respectiva, a qual deverá ser presente ao CCA.

3. Diferenciação de desempenhos

Conforme disposto no n.º 3 do artº 43 da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a avaliação por ponderação curricular encontra-se sujeita às percentagens de diferenciação de desempenho previstas naquele diploma. Deste modo, as propostas de avaliação por ponderação curricular deverão ser presentes a CCA a tempo da realização da reunião para análise e harmonização das propostas de avaliação para assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos.

4. Curriculum Vitae

Considerando que a ponderação curricular se reporta ao ano relativamente ao qual tenha sido requerida a avaliação, esta será centrada nas actividades desenvolvidas naquele ano, devendo o Curriculum Vitae conter a informação necessária para a avaliação requerida, de forma sintética e clara, acompanhado da respectiva documentação de suporte.

[Handwritten signature]
[Circular stamp]

A fim de facilitar a análise e ponderação curricular por parte do avaliador designado, o curriculum vitae deve conter o seguinte:

- Identificação, dados pessoais ou biográficos

Nome, morada, telefone, data de nascimento e correio electrónico.

- Habilitações Literárias/Académicas

Nível de escolaridade, a data em que adquiriu as habilitações e a área de formação no caso de curso superior.

- Experiência Profissional

Apenas serão levadas em linha de conta as funções e tarefas exercidas no ano a que se refere a ponderação curricular. Deve fazer-se referência à função que se desempenhou, ao tempo durante o qual foi desenvolvida, actividades e principais responsabilidades e serviço/unidade orgânica onde desempenhou a sua função.

- Valorização Curricular

Neste ponto devem ser mencionados diplomas ou certificados de acções de formação adquiridos. Deve fazer-se referência à entidade formadora, duração da formação, bem como, à aprovação na formação e respectiva avaliação, se for caso disso.

- Documentos a anexar

O Curriculum Vitae deve ser acompanhado de fotocópias da documentação abaixo indicada:

- a) Certificado comprovativo das habilitações;
- b) Documentos comprovativos das acções de formação profissional;
- c) Declaração de conteúdo funcional passada pelos serviços ou entidades onde foram desempenhadas as funções;
- d) Documentos comprovativos de actividades relevantes desempenhadas.

5. Elementos a avaliar e critérios

Cada um dos elementos de ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5 valores, não sendo, em caso algum, atribuída uma pontuação inferior a 1 valor.

Nota: Atendendo à diferenciação de conteúdos funcionais, existe uma ficha para avaliar os trabalhadores inseridos na carreira técnica superior e uma ficha para avaliar os trabalhadores inseridos nas carreiras de assistente técnico e assistente operacional (Anexos II e III, respectivamente).

@. P. A. -



CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR

Elementos a avaliar:

- a) Habilitações académicas e profissionais (**HAP**);
- b) Experiência profissional (**EP**);
- c) Valorização Curricular (**VC**);
- d) Exercício de cargos dirigentes ou de outros cargos ou funções de relevante interesse público ou de relevante interesse social (**CE** – cargos exercidos).

a) Habilitações académicas e profissionais (HAP)

As habilitações académicas consideradas serão apenas as que correspondem a níveis formais de ensino, desde que devidamente comprovadas por documento emitido pelo estabelecimento de ensino que as conferiu.

As habilitações profissionais a ter em conta serão as legalmente reconhecidas ou equiparadas, desde que sejam ou tenham sido requisito de ingresso na carreira.

A escala será a constante da seguinte tabela:

(à data da integração do trabalhador na respectiva carreira)	Pontuação	Valor obtido
Superior às legalmente exigidas para a função	5 valores	
As legalmente exigidas para a função	3 valores	
Inferior às legalmente exigidas para a função	1 valor	

b) Experiência Profissional (EP)

Para avaliação da experiência profissional serão tidas em conta as funções exercidas no ano em avaliação, declaradas pelo avaliado e confirmadas pelo respectivo superior hierárquico ou pela entidade onde foram exercidas. A pontuação relativa a este elemento será atribuída do seguinte modo:

(só serão tidas em conta as funções exercidas no ano em avaliação)	Pontuação	Valor obtido
Exercício de funções, cargos ou actividades, devidamente comprovadas, de relevante interesse para o IDT, I.P., designadamente, a participação em grupos de trabalho, estudos ou projectos, bem como a actividade de formador, orador em conferências, palestras e outras actividades de idêntica natureza, projectos de boas práticas.	5 valores	
Exercício regular das funções inerentes à carreira, desempenhado por um período superior a 3 meses	3 valores	
Exercício regular de funções inerentes à carreira, desempenhado por um período até 3 meses	1 valor	

c) Valorização Curricular (VC)

Quando não seja possível identificar a duração do evento em horas, a respectiva duração em dias deverá ser traduzida para aquela unidade, considerando um dia equivalente a seis horas, e meio-dia a três horas. Cabe ao avaliador apurar a respectiva duração. O total das horas será enquadrado na seguinte tabela:

(Formação Profissional incidente na área da carreira, realizada nos últimos 5 anos)		Pontuação	Valor obtido
Acções de formação, estágios, congressos, seminários ou outros similares	Igual ou superior a 120 horas	5	
	Inferior a 120 horas	3	
	Sem formação	1	

d) Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos, ou funções de relevante interesse público ou social (CE – cargos exercidos)

(só serão tidos em conta os cargos ou funções exercidos no ano em avaliação)	Pontuação	Valor obtido
Exercício superior a 60 dias	5 valores	
Exercício até 60 dias	3 valores	
Sem Exercício	1 valor	



Será considerado o exercício, formalmente comprovado, no ano em avaliação, de:

- cargos dirigentes;
- cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;
- cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;
- cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido em diploma legal ou no instrumento que designou o avaliado para o seu exercício;
- cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, formalmente constituídas enquanto tal, incluindo organizações sindicais, associações profissionais, culturais e recreativas ou com fins sociais;
- cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respectivo instrumento de designação ou vinculação.

AVALIAÇÃO FINAL (AF)

A avaliação final do desempenho do ano em que incide a ponderação curricular será calculada através da média ponderada das classificações parcelares atribuídas em cada elemento, com os seguintes pesos, conforme os n.ºs 3 e 4 do artigo 9º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro:

- a) 10 % para o elemento habilitações académicas e profissionais (**HAP**);
- b) 55% para o elemento experiência profissional (**EP**), caso a pontuação atribuída no elemento (**CE**) seja superior a 1, ou 60%, caso a pontuação atribuída no elemento (**CE**) seja igual a 1;
- c) 20% para o elemento valorização curricular (**VC**);
- d) 15% para o elemento exercício de cargos dirigentes (**CE**), de outros cargos ou funções de relevante interesse público ou de relevante interesse social, caso a pontuação atribuída neste elemento seja superior a 1, ou 10%, caso a pontuação atribuída neste elemento seja igual 1.

Assim, a avaliação final é a que resulta da aplicação de uma das seguintes fórmulas, cujo resultado deve ser expresso até às milésimas:

Se (**CE**) > 1 → $AF = HAP \cdot 0,10 + EP \cdot 0,55 + VC \cdot 0,20 + CE \cdot 0,15$

Se (**CE**) = 1 → $AF = HAP \cdot 0,10 + EP \cdot 0,60 + VC \cdot 0,20 + CE \cdot 0,10$

À classificação quantitativa obtida correspondem as menções qualitativas previstas no n.º 4 do artigo 50º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

VALORAÇÃO FINAL	
De 4 a 5 valores	Desempenho Relevante
De 2 a 3,999 valores	Desempenho Adequado
De 1 a 1,999 valores	Desempenho Inadequado

CARREIRAS DE ASSISTENTE TÉCNICO E ASSISTENTE OPERACIONAL

Elementos a avaliar:

- Habilitações académicas e profissionais (**HAP**);
- Experiência profissional (**EP**);
- Valorização Curricular (**VC**);
- Exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos, ou funções de relevante interesse público ou de relevante interesse social (**CE** – cargos exercidos).

a) Habilitações académicas e profissionais (HAP)

As habilitações académicas consideradas serão apenas as que correspondem a níveis formais de ensino, desde que devidamente comprovadas por documento emitido pelo estabelecimento de ensino que as conferiu.

As habilitações profissionais a ter em conta serão as legalmente reconhecidas ou equiparadas, desde que sejam ou tenham sido requisito de ingresso na carreira.

A escala será a constante da seguinte tabela:

(à data da integração do trabalhador na respectiva carreira)	Pontuação	Valor obtido
Superior às legalmente exigidas para a função.	5 valores	
As legalmente exigidas para a função	3 valores	

Phu
@

Quando esteja em causa a escolaridade obrigatória (no caso dos assistentes operacionais) esta será a que corresponde à situação específica do avaliado (ano do nascimento – ver mapa seguinte), sendo considerado como nível superior qualquer um que ultrapasse aquele.

Data de nascimento	Escolaridade obrigatória
Até 31 de Dezembro de 1966	4 anos de escolaridade
Entre 1 de Janeiro de 1967 e 31 de Dezembro de 1980	6 anos de escolaridade
A partir de 1 de Janeiro de 1981	9 anos de escolaridade

Desp. n.º 12643/99 – Secretário de Estado do Emprego e Formação (DR II série, n.º 152, 02-07-1999)

b) Experiência Profissional (EP)

Para avaliação da experiência profissional serão tidas em conta as funções exercidas no ano em avaliação, declaradas pelo avaliado e confirmadas pelo respectivo superior hierárquico ou pela entidade onde foram exercidas. A pontuação relativa a este elemento será atribuída do seguinte modo:

(só serão tidas em conta as funções exercidas no ano em avaliação)	Pontuação	Valor obtido
Exercício de funções com exigência superior à da carreira incluindo funções, cargos ou actividades, devidamente comprovadas, cuja descrição permita identificar acções ou projectos de relevante interesse para o IDT, I.P. e/ou boas práticas ou o alcance de resultados relevantes, com benefícios concretos para o Serviço.	5 valores	
Exercício regular das funções inerentes à carreira, desempenhado por um período superior a 3 meses	3 valores	
Exercício regular de funções inerentes à carreira, desempenhado por um período até 3 meses	1 valor	

c) Valorização Curricular (VC)

Quando não seja possível identificar a duração do evento em horas, a respectiva duração em dias deverá ser traduzida para aquela unidade, considerando um dia equivalente a seis horas, e meio dia a três horas. Cabe ao avaliador apurar a respectiva duração. O total das horas será enquadrado na seguinte tabela:

(Formação Profissional incidente na área da carreira, realizada nos últimos 5 anos)		Pontuação	Valor obtido
Acções de formação, estágios, congressos, seminários ou outros similares	Superior a 60 horas	5	
	Até 60 horas	3	
	Sem formação	1	

d) Exercício de funções chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos, ou funções de relevante interesse público ou social (CE – cargos exercidos)

(só serão tidos em conta os cargos ou funções exercidos no ano em avaliação)	Pontuação	Valor obtido
Exercício superior a 60 dias	5 valores	
Exercício até 60 dias	3 valores	
Sem Exercício	1 valor	

Será considerado o exercício, formalmente comprovado, no ano em avaliação, de:

- cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido em diploma legal ou no instrumento que designou o avaliado para o seu exercício;
- cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, formalmente constituídas enquanto tal, incluindo organizações sindicais, associações profissionais, culturais e recreativas ou com fins sociais;
- cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respectivo instrumento de designação ou vinculação.

AValiação FINAL (AF)

A avaliação final do desempenho do ano em que incide a ponderação curricular será calculada através da média ponderada das classificações parcelares atribuídas em cada elemento, com os seguintes pesos, conforme os n.ºs 3 e 4 do artigo 9º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro:

Prof. P.

- a) 10 % para o elemento habilitações académicas e profissionais (**HAP**)
- b) 55% para o elemento experiência profissional (**EP**), caso a pontuação atribuída no elemento (**CE**) seja superior a 1, ou 60%, caso a pontuação atribuída no elemento (**CE**) seja igual a 1;
- c) 20% para o elemento valorização curricular (**VC**)
- d) 15% para o elemento (**CE**) exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos, ou funções de relevante interesse público ou de relevante interesse, caso a pontuação atribuída neste elemento seja superior a 1, ou 10%, caso a pontuação atribuída neste elemento seja igual a 1.

Assim, a avaliação final é a que resulta da aplicação de uma das seguintes fórmulas, cujo resultado deve ser expresso até às milésimas:

$$\text{Se } (\mathbf{CE}) > 1 \rightarrow \text{AF} = \text{HAP} \cdot 0,10 + \text{EP} \cdot 0,55 + \text{VC} \cdot 0,20 + \text{CE} \cdot 0,15$$

$$\text{Se } (\mathbf{CE}) = 1 \rightarrow \text{AF} = \text{HAP} \cdot 0,10 + \text{EP} \cdot 0,60 + \text{VC} \cdot 0,20 + \text{CE} \cdot 0,10$$

À classificação quantitativa obtida correspondem as menções qualitativas previstas no n.º 4 do artigo 50º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

VALORAÇÃO FINAL	
De 4 a 5 valores	Desempenho Relevante
De 2 a 3,999 valores	Desempenho Adequado
De 1 a 1,999 valores	Desempenho Inadequado